

LEI Nº 1.691/2022 DE 31 DE MARÇO DE 2.022

“Dispõe sobre o parcelamento e/ou reparcelamento de débitos do Município de Caiuá com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, de que trata a Emenda Constitucional nº 113, de 2021”

RUTE ALMEIDA DOS SANTOS LIMA, Prefeita Municipal de Caiuá, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Caiuá aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Ficam autorizados o parcelamento e/ou reparcelamento dos débitos do Município de Caiuá com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, gerido pelo IPRECA - Instituto de Previdência Municipal de Caiuá, em até 240 (duzentas e quarenta) prestações mensais, iguais e sucessivas, observado o disposto nos artigos 5º-B e 5º-C da Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008, que tratam do parcelamento especial autorizado no art. 115 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

§ 1º - Os parcelamentos/reparcelamentos de que trata o **caput** incluem contribuições patronais devidas pelo Município ao RPPS, contribuições não repassadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas, bem como outros débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias com vencimento até 31 de outubro de 2021 (competência até setembro de 2021).

§ 2º - Os parcelamentos/reparcelamentos de que trata o **caput** deverão ser firmados até 30 de junho de 2022 e estão condicionados à comprovação, junto à Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência, até referida data, nos termos dos artigos 5º-B e 5º-C da Portaria MPS nº 402, de 2008, das adequações das normas previdenciárias dos servidores deste Município à Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conforme disposto nos incisos I a IV do caput do art. 115 do ADCT.

ARTIGO 2º - Para apuração dos montantes devidos a serem parcelados, os valores originais serão atualizados pelo IGP-M (Fundação Getúlio Vargas), acrescidos de juros simples de 0,50% (meio por cento) ao mês e multa de 0,50% (meio por cento), acumulados desde a data de vencimento até a data da consolidação do termo de acordo de parcelamento.

Parágrafo único - Em caso de inclusão, nos parcelamentos de que trata esta lei, de débitos já parcelados anteriormente, para apuração dos novos saldos devedores, aplicam-se os critérios previstos no **caput** aos valores dos montantes consolidados dos parcelamentos ou reparcelamentos anteriores deduzidos das respectivas prestações pagas, acumulados desde a data da consolidação dos parcelamentos ou reparcelamentos anteriores até a data da nova consolidação dos termos de reparcelamento.



ARTIGO 3º - As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IGP-M (Fundação Getúlio Vargas), acrescido de juros simples de 0,50% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação dos montantes devidos nos termos de acordo de parcelamento ou reparcelamento até o mês do pagamento.

ARTIGO 4º - As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo IGP-M (Fundação Getúlio Vargas), acrescidos de juros simples de 0,50% (meio por cento) ao mês e multa de 0,50% (meio por cento), acumulados desde a data do seu vencimento, até o mês do efetivo pagamento.

ARTIGO 5º - O pagamento das prestações dos parcelamentos/reparcelamentos previstos nesta Lei será descontado do **Fundo de Participação dos Municípios - FPM**, cabendo ao Município o pagamento integral e na data de vencimento de cada parcela, inclusive dos acréscimos legais previstos, caso o desconto determinado neste artigo não seja suficiente para fins de pagamento das prestações acordadas.

Parágrafo único - O desconto do FPM deverá constar de cláusula dos termos de parcelamento ou reparcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, concedida no ato de formalização dos termos, e vigorará até a quitação dos termos.

ARTIGO 6º - O vencimento da primeira prestação dos parcelamentos ou reparcelamentos de que trata esta Lei será no último dia útil do mês subsequente ao da assinatura dos termos de acordo de parcelamento e as demais, até o último dia útil dos meses subsequentes.

ARTIGO 7º - O IPRECA - Instituto de Previdência Municipal de Caiuá - deverá rescindir os parcelamentos ou reparcelamentos de que trata esta lei, em caso de revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPM prevista no art. 5º, desta lei.

ARTIGO 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei 1.677/2021 de 27 de Dezembro de 2021.

Prefeitura Municipal de Caiuá, 31 de março de 2.022.



RUTE ALMEIDA DOS SANTOS LIMA
PREFEITA MUNICIPAL



INTEGRAÇÃO 07
TERÇA, 05 DE ABRIL DE 2022

Diário Regionalwww.jornalintegracaopv.blogspot.com**ATOS OFICIAIS****Prefeitura Municipal de Caiuá**

LEI Nº 1.691/2022 DE 31 DE MARÇO DE 2.022

"Dispõe sobre o parcelamento e/ou reparcelamento de débitos do Município de Caiuá com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, de que trata a Emenda Constitucional nº 113, de 2021"

RUTE ALMEIDA DOS SANTOS LIMA, Prefeita Municipal de Caiuá, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Caiuá aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Ficam autorizados o parcelamento e/ou reparcelamento dos débitos do Município de Caiuá com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, gerido pelo IPRECA - Instituto de Previdência Municipal de Caiuá, em até 240 (duzentas e quarenta) prestações mensais, iguais e sucessivas, observado o disposto nos artigos 5º-B e 5º-C da Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008, que tratam do parcelamento especial autorizado no art. 115 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

§ 1º - Os parcelamentos/reparcelamentos de que trata o caput incluem contribuições patronais devidas pelo Município ao RPPS, contribuições não repassadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas, bem como outros débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias com vencimento até 31 de outubro de 2021 (competência até setembro de 2021).

§ 2º - Os parcelamentos/reparcelamentos de que trata o caput deverão ser firmados até 30 de junho de 2022 e estão condicionados à comprovação, junto à Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência, até referida data, nos termos dos artigos 5º-B e 5º-C da Portaria MPS nº 402, de 2008, das adequações das normas previdenciárias dos servidores deste Município à Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conforme disposto nos incisos I a IV do

caput do art. 115 do ADCT.

ARTIGO 2º - Para apuração dos montantes devidos a serem parcelados, os valores originais serão atualizados pelo IGP-M (Fundação Getúlio Vargas), acrescidos de juros simples de 0,50% (meio por cento) ao mês e multa de 0,50% (meio por cento), acumulados desde a data de vencimento até a data da consolidação do termo de acordo de parcelamento.

Parágrafo único - Em caso de inclusão, nos parcelamentos de que trata esta lei, de débitos já parcelados anteriormente, para apuração dos novos saldos devedores, aplicam-se os critérios previstos no caput aos valores dos montantes consolidados dos parcelamentos ou reparcelamentos anteriores deduzidos das respectivas prestações pagas, acumulados desde a data da consolidação dos parcelamentos ou reparcelamentos anteriores até a data da nova consolidação dos termos de reparcelamento.

ARTIGO 3º - As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IGP-M (Fundação Getúlio Vargas), acrescido de juros simples de 0,50% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação dos montantes devidos nos termos de acordo de parcelamento ou reparcelamento até o mês do pagamento.

ARTIGO 4º - As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo IGP-M (Fundação Getúlio Vargas), acrescidos de juros simples de 0,50% (meio por cento) ao mês e multa de 0,50% (meio por cento), acumulados desde a data do seu vencimento, até o mês do efetivo pagamento.

ARTIGO 5º - O pagamento das prestações dos parcelamentos/reparcelamentos previstos nesta Lei será descontado do **Fundo de Participação dos Municípios - FPM**, cabendo ao Município o pagamento integral e na data de vencimento de cada parcela, inclusive dos acréscimos legais previstos, caso o desconto determinado neste artigo não seja suficiente para fins de pagamento das prestações acordadas.

Parágrafo único - O desconto do FPM deverá constar de cláusula dos termos de parcelamento ou reparcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, concedida no ato de formalização dos termos, e vigorará até a quitação dos termos.

ARTIGO 6º - O vencimento da primeira prestação dos parcelamentos ou reparcelamentos de que trata esta Lei será no último dia útil do mês subsequente ao da assinatura dos termos de acordo de parcelamento e as demais, até o último dia útil dos meses subsequentes.

ARTIGO 7º - O IPRECA - Instituto de Previdência Municipal de Caiuá - deverá rescindir os parcelamentos ou reparcelamentos de que trata esta lei, em caso de revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPM prevista no art. 5º, desta lei.

ARTIGO 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei 1.677/2021 de 27 de Dezembro de 2021.

Prefeitura Municipal de Caiuá, 31 de março de 2.022.

RUTE ALMEIDA DOS SANTOS LIMA